

## Experiências de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores por meio de fontes orais na História Social: caminhos e possibilidades

Valéria de Jesus Leite<sup>\*</sup>  
Rosane Marçal da Silva<sup>\*\*</sup>  
Cíntia Fiorotti Lima<sup>\*\*\*</sup>

**Nas últimas décadas temos observado o crescimento** de trabalhos acadêmicos fazendo uso de fontes orais. A utilização dessas fontes, mais do que apontar as escolhas metodológicas e suportes teóricos, configuram o campo das possibilidades e dos recursos documentais disponíveis para tratar de determinados temas e problemas da pesquisa histórica, bem como, sobre o engajamento dos sujeitos diante das diferentes perspectivas historiográficas.

Falar e analisar as fontes orais sob o olhar de pesquisadoras, é refletir sobre as relações entre os documentos históricos e a produção do conhecimento. Isso traz à tona questões referentes ao que se entende por fontes históricas, como trabalhar com elas, quais os referenciais teóricos e metodológicos utilizados e como definir a fonte a ser utilizada na pesquisa.

Pautadas nos apontamentos de Edward P. Thompson (1981), tratamos as fontes orais como documentos que apresentam fragmentos e indícios de situações

---

<sup>\*</sup> Doutora com ênfase em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente na educação básica de Minas Gerais e na Universidade Aberta do Brasil (UAB). E-mail: valerijleite@hotmail.com.

<sup>\*\*</sup> Professora Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: rosanamaraldasilva@yahoo.com.br.

<sup>\*\*\*</sup> Pós-doutorado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente na educação básica do estado do Paraná. E-mail: cintiafiorotti@hotmail.com.

vividas que são passíveis de serem exploradas pelo historiador. Essa modalidade de documento permite nos aproximarmos dos sujeitos históricos e de suas práticas sociais, de modo a enfatizar o ser humano como atuante na constituição da vida em sociedade, expressando suas expectativas, experiências, sonhos e contradições. Em outras palavras, como cada indivíduo lê, interpreta e apresenta suas vivências num determinado espaço e tempo.

Dito isso, cabe destacar que nossas pesquisas tratam de sujeitos e lugares diferentes, contudo, possuem um aspecto em comum que é o uso da História Oral. Assim, nossas reflexões visam contribuir ao debate acerca da pesquisa e escrita com fontes orais,<sup>1</sup> da relação entre teoria e prática, bem como das possibilidades que elas oferecem ao professor-historiador.

Na avaliação de Déa Fenelon, o uso e análise dos registros que extrapolam as convencionais fontes textuais, “[...] nos colocam, de imediato, a consideração de que tal como as fontes textuais, essas precisam ser desvendadas para delas extrair o não-dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas” (Fenelon, 1993, p. 77).

No livro “Muitas memórias, outras histórias”, os autores buscaram por meio da categoria “cultura” explorar as contradições sociais, pensando nas relações entre a cultura “erudita” e “popular”, pois ambas estão interligadas e se constituem a partir das relações que estabelecem entre si (Fenelon, Cruz, Peixoto, 2005). Neste aspecto, vale frisar a contribuição de Thompson ao pensar a cultura baseada numa noção de lutas de classes. A classe se constitui por sujeitos sociais, logo, ela é uma formação social e cultural que não pode ser definida de forma abstrata ou isoladamente, e, sim, em relação com outras classes. Tais referências são importantes, pois ao narrar os trabalhadores dialogam com a visão e as perspectivas das tentativas de dominação e exploração capitalista, articulando e se constituindo numa dinâmica entre o “nós” e os “outros”. Perceber esse movimento é significativo para o processo de decodificação dos significados das entrevistas.

De acordo com Thompson, a prática histórica compreende um diálogo que coloca o debate: “[...] entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; [...]” (Thompson, 1981, p. 54). Portanto, a prática histórica se constitui a partir da relação entre historiador (interrogador) e seus documentos. As hipóteses levantadas devem ser testadas face às evidências, “o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que a suportam,

---

<sup>1</sup> Os entrevistados (as) foram identificados (as) com pseudônimos.

à luz desse ajuste” (Thompson, 1981, p. 54). No entanto, os conceitos não devem ser generalizados e congelados como modelos a serem seguidos, mas devem ser encarados como problemas (Williams, 1979), de modo que o diálogo entre conceito e evidência deve ser conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado e a pesquisa empírica de outro (Thompson, 1981).

Daí a necessidade de olhar os documentos e a produção histórica para além da aparência, desvendando as relações sociais que não são visíveis num primeiro momento, assim enxergaremos as divergências, os conflitos e as disputas que perpassam a sociedade e o processo de constituição do conhecimento histórico, vislumbrando uma teia de relações que são escamoteadas sob a aparência de um todo homogêneo e harmônico.

Neste sentido, destacamos o uso da História Oral, pautadas nas reflexões de Alessandro Portelli e Yara Aun Khoury. De acordo com Khoury, lidar com a História Oral requer uma atenção especial, pois as narrativas, “[...] se fazem na experiência social, são constitutivas dela e são reconhecidas como tal segundo padrões de significados” (Khoury, 2005, p. 123).

Na ótica de Paul Thompson (2002), a História Oral é uma prática que permite uma compreensão mais elaborada acerca das transformações sociais e culturais de uma dada sociedade, por meio da “escuta das pessoas” e registro de suas memórias e experiências. Segundo o autor, o uso da História Oral possibilita a nós, historiadores e historiadoras do social, reconstruir uma história ampla, sobretudo porque tal uso não permite regras fixas e extrapola os limites disciplinares. Neste sentido, a História Oral é um “caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores” (Thompson, 2002, p. 10), isso significa que ela nos abre novas possibilidades de análise para a fonte histórica, se apropriando daquilo que podemos considerar relevante ao longo do processo de elaboração e análise.

Ao relatar suas experiências, os sujeitos pesquisados interpretam e expressam os valores, sentimentos, concepções, relações sociais e padrões pertencentes ao seu próprio universo, o que interfere no processo de seleção do que é considerado importante a ser ressaltado naquele momento e o que não deve ser mencionado. As entrevistas se constituem como um momento em que os sujeitos sociais exercem o direito de rememorar, refletir, interpretar, reelaborar e se expressar sobre suas experiências. Nesse caso, o seu uso nos possibilita uma história mais aberta e plural. Isso porque, ao falarem, as pessoas expressam seus valores, suas expectativas, suas frustrações, os sentidos e significados do trabalho e da vida. Pode-se apreender a partir das considerações de Portelli, que para analisar os sentidos e significados atribuídos pelos diferentes sujeitos, faz-se necessário ter clareza sobre a temática e a estrutura das narrativas, pois elas fornecem elementos sobre a visão da história (Portelli, 1993, p. 41).

A aproximação com os sujeitos entrevistados para a elaboração das entrevistas, possibilita a nós rever conceitos pré-concebidos, reformular e propor novas hipóteses e questões para nossas fontes. Esse processo é significativo para compreender que as questões, uma vez propostas, podem ser modificadas, conforme os interlocutores vão trazendo novas reflexões e problemas sobre o tema em estudo. Estes enfrentamentos são extremamente importantes, pois nos permitem analisar e produzir interpretações históricas em que os sujeitos sociais têm suas vozes valorizadas por aqueles que ousam escrever sobre os processos históricos. Esta proposta nos aproxima de tentarmos compreender a complexidade do social.

Há muitas maneiras de se conduzir uma entrevista qualitativa. Ela pode seguir roteiros previamente elaborados, trazendo questões definidas inicialmente, visando proporcionar respostas que atendam diretamente ao problema levantado pela pesquisa. Contudo, quando nos propomos a construir uma entrevista de forma dialógica, precisamos nos ater sobre as especificidades que podem ser vivenciadas no momento de cada uma das entrevistas. Esse processo exige sensibilidade para ouvir, perceber os momentos de tensão, as necessidades de pausas, as denúncias, a manifestação de sentimentos de dor ou alegria, as argumentações e os silêncios trazidos pelo interlocutor. Isso vai desde como nos aproximamos destes sujeitos, por meio de quais redes de relacionamentos estabelecemos o contato com eles, como nos apresentamos e como eles nos recebem. Os resultados de nossos trabalhos dependem e refletem cada etapa dessa construção.

A aproximação, algumas vezes, requer mais de um encontro com os entrevistados e até mesmo o envolvimento em algumas atividades, com idas aos bairros, à associação de moradores e em suas casas. As conversas demarcam suas trajetórias de vida, as dificuldades enfrentadas na cidade ou no campo, os enfrentamentos no trabalho e fora dele, as conquistas e sonhos ainda não concretizados, as relações com os filhos, as vivências tidas junto às suas redes de relações sociais, como nas associações de bairro ou da escola, da igreja, dos momentos de lazer e do ambiente de trabalho. O processo de construção e compreensão das narrativas nos colocou a necessidade de flexibilidade sobre nossas expectativas enquanto pesquisadoras e as demandas trazidas por esses sujeitos, significou aprender a lidar com as necessidades de mudanças que pulsavam em nós, ao nos percebermos também como sujeitos da pesquisa com as fontes orais.

Em muitos casos, dependendo dos sujeitos e dos tipos de trabalhos com os quais estão envolvidos, não conseguimos realizar entrevistas gravadas. Nessas exceções, realizamos conversas informais com a precaução de explicar que se tratava do nosso relato sobre determinado diálogo, buscando relações ou problematizações das informações fornecidas em outras fontes, de forma a delinear as limitações e os

ganhos diante daquela especificidade. Por exemplo, ao realizarmos entrevistas em ambientes onde a entrada de gravador não foi autorizada, como penitenciárias, ou ao entrevistarmos sujeitos envolvidos em formas de trabalhos associadas à práticas socialmente e/ou moralmente criminalizadas (Fiorotti, 2018).<sup>2</sup>

A relação entre entrevistador e entrevistado interfere na construção do diálogo, influenciando no conteúdo que será relatado e nos sentidos que se atribui aos processos narrados. Conforme um exemplo citado por Portelli, uma determinada pesquisadora, ao realizar uma entrevista, não conseguiu que a entrevistada falasse sobre seu tema específico, no entanto, após desligar o gravador e “por acaso” mencionar que tinha passado pela mesma experiência, a relação entre as duas se alterou: “[...] se transformando as relações de autoridade: ao invés de se sentir submetida ao poder indagador da entrevistadora, a mulher reassumiu a sua autoridade geracional (“mas és uma garotinha!”) [...]” (Portelli, 2017, p. 185).<sup>3</sup>

De um lado, ter certa aproximação com a entrevistada pode ser útil no estabelecimento de uma relação de confiança e tranquilidade para falar, mas, por outro lado, pode bloquear o diálogo, uma vez que a pessoa pode entender que já sabemos daquelas informações e que não tem relevância ficar falando.<sup>4</sup> Neste aspecto, Portelli levantou uma reflexão pertinente, pois a fonte oral é resultado da relação dialógica, da dedicação do historiador e do narrador, uma vez que o historiador precisa ter a disponibilidade para escutar colocando a “possibilidade do narrador de falar. E, naturalmente, é a disponibilidade do narrador de falar que permite ao historiador fazer seu trabalho” (Portelli, 2017, p. 186).

Em nossas experiências como pesquisadoras, por diversas vezes notamos tais interferências, as quais se modificam de acordo com a pessoa que estamos dialogando e o tema ao qual pretendemos abordar. Ou seja, a interação durante uma entrevista com sujeitos mais jovens é bastante diferente quando comparado com as pessoas que já possuem alguns anos de jornada. Além disso, existe o aspecto da leitura que o entrevistado faz de nós como seres humanos e sujeitos sociais. À medida que existe algum ponto de identificação entre eles e nós, a relação e o diálogo fluem com mais naturalidade e a produção do relato se torna mais rica de detalhes e informações relevantes para a análise histórica.

---

<sup>2</sup> O uso do gravador, o pedido de autorização para usarmos a fala, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) exigido pelos comitês de ética, por vezes, essas formalidades podem impactar negativamente a construção das entrevistas. Principalmente, ao entrevistarmos sujeitos que não são familiarizados com a escrita e a assinatura de documentos, pois isso pode remeter a ideia de ser futuramente prejudicado por aquilo que falou.

<sup>3</sup> Segundo Portelli, a pesquisa era sobre as experiências de mulheres que tinham se submetido a uma cirurgia para retirada de tumor no seio.

<sup>4</sup> Isso se faz presente quando entrevistamos pessoas de nossa convivência: parentes, amigos, etc.

Por exemplo, ao tratar de uma problemática sobre pobreza com moradores de áreas de ocupação irregular, em Santa Helena, Paraná, Rosane Marçal da Silva percebeu que conversar com os jovens, por vezes, se revelava mais desafiador. Em certa ocasião, ela notou que ao chegar para realizar a entrevista, a entrevistada manifestou certo constrangimento; como ainda não tinha começado a gravação, conversou por mais alguns minutos, até que a interlocutora disse estar com vergonha (Silva, 2011).

Nesse momento, surgia a necessidade de a pesquisadora falar um pouco sobre ela e suas experiências. Para Silva, isso se revelou de grande importância, porque o resultado foi uma conversa proveitosa, de compartilhamento de experiências e aprendizado que ultrapassaram os muros da produção acadêmica – neste sentido, segundo Portelli, “uma troca de conhecimentos tem sentido somente se estes não são, *a priori*, compartilhados; se, em outras palavras, existe entre entrevistado e entrevistadora uma *diferença* que torna a troca significativa [...]” (Portelli, 2017, p.185, grifos no original). A princípio, essa entrevistada parecia ver a pesquisadora como alguém que não pertencia ao seu universo, projetando a percepção de que existia muita distância entre o lugar social dela e o que ela supunha ser o da entrevistadora.

Na avaliação de outra entrevistada, a vergonha de morar em áreas de ocupação em muito estava relacionada com a visão pejorativa que se atribui a estes locais e aos seus moradores. Margarida, ex-moradora do Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia,<sup>5</sup> percebia o quanto o local de moradia interferia em suas relações sociais. Devido a isso, enquanto residia no bairro, tentava omitir seu endereço: “Ah, foi ruim no começo, eu nem saía pra fora de vergonha [sorriu]. Se alguém falasse assim: Ô [Margarida] onde cê mora? Eu dizia: Lá embaixo, lá embaixo [sorriu]. Aonde que é esse lá embaixo? Lá embaixo eu falei. ãham, eu num falava, onde que eu morava” (Margarida, 2009). Ela disse que chegou mesmo a se esconder quando alguma pessoa conhecida passava próxima de sua casa: “[...] se eu via gente passano, assim que sempre tinha gente que passava pra

---

<sup>5</sup> Diante da reivindicação dos entrevistados de identificar como Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia, optei por assim denominar este local, no entanto, tal denominação remete a uma série de disputas e conflitos, uma vez que, em meados da década de 1980 e início de 1990, aquele espaço era parte de uma hípica que uma associação denominada “Jóquei Clube Beira Lago” utilizava para realizar, uma vez por mês, competições de corrida de cavalos. Por volta de 1996, a mencionada hípica foi desativada. Através de informações obtidas de conversas informais, a administração municipal liderada por Silom Schmidt (1997-2000), teria comprado a propriedade pertencente à associação “Jóquei Clube Beira Lago” e as baias, que eram uma espécie de construção destinada a alojar os animais durante os períodos de competições, foram reformadas e transformadas em casas. Esse processo influenciou na visão que a população da cidade produziu em torno do “Santa Rita de Cássia”, o qual ficou conhecido negativamente como o “Rincão das éguas”, remetendo, óbvia e inicialmente, à primeira forma de uso das instalações originais (Silva, 2011).

ir na praia, né? Se eu via alguém passano assim, uma amiga, um amigo, eu corria e me escondia [sorriu]” (Margarida, 2009).

Vale ressaltar que, na ocasião da entrevista, Margarida já não residia no Santa Rita de Cássia e isso certamente interferiu em sua narrativa, pois narrar é um ato do presente e, se ela ainda fosse moradora daquele bairro, provavelmente sua narrativa teria outros enfoques e talvez ao falar da ocupação os sentidos e significados atribuídos seriam outros.

A entrevistada acreditava que seus amigos iriam “tirar sarro” caso falasse onde morava, isto porque uma parcela da população da cidade enxergava o Santa Rita de Cássia como “um lugar que parecia uma favela”. Assim, ela expressava sua dificuldade de lidar com a negatividade e o preconceito de ser identificada como moradora daquele local. Ao mesmo tempo, em certa medida, Margarida parecia compartilhar da visão preconceituosa.

Margarida morou no Santa Rita de Cássia quando ainda era adolescente e fazia ensino médio, isso acabou moldando o seu olhar e suas memórias sobre o lugar, bem como das interferências que isso exercia sobre sua vida naquela época, principalmente em suas relações sociais fora do bairro. Na escola, ela convivia e tinha amizade com pessoas de outros bairros e de outras condições sociais, diante disso, ela tinha a tendência de não se assumir como moradora da área de ocupação, numa tentativa de evitar olhares de julgamentos externos.

Ela enfatizou que se sentia humilhada com a forma que a população residente nos outros bairros da cidade tratava os moradores da área de ocupação, porque de acordo com ela, “[...] sempre tinha uns engraçadinho, né? Que humilhava, que humilhava... queria ser mais que, do que aqueles lá debaixo, né”. Exemplificando isso, ela contou que ao ir na unidade de saúde, “[...] uma mulher falou assim, só que ela num sabia que eu morava lá... eu acho, daí ela falô: 'Ah, eu morá no Santa Rita de Cássia? Nunca. Naquela favela' [sorriu] [...]” (Margarida, 2009).

Essas vivências fora do bairro forneciam elementos sobre a sua formação como ser humano e sujeito no processo de construção de sua consciência social e histórica. Nesse caminho ela se via diante de uma dinâmica dolorosa em que gostaria de não precisar vivenciá-las, mas não tinha independência financeira e seus pais passavam por dificuldades que impossibilitavam o pagamento de aluguel. Dessa forma, a necessidade de uma moradia a colocava nesse desafio.<sup>6</sup>

Essa tentativa de omitir o local de moradia foi narrada por outros

---

<sup>6</sup> Natural de Santa Helena, Oeste do Paraná, ela era separada, mãe de três filhas e morava com sua mãe (viúva). Sua família saiu do Santa Rita de Cássia e foi pagar aluguel. Após um ano pagando R\$ 150 de aluguel, conseguiram uma casa no Conjunto Habitacional Cristo Rei, implantado em 2005 através do Programa Municipal de Habitação Popular, onde residiam na ocasião da entrevista.

entrevistados, o que pode ser a busca de aceitação perante as pessoas não residentes na ocupação. Nota-se que sua condição financeira a remetia a um diálogo consigo mesma, em que ao olhar para o outro identificava a diversidade e também a desigualdade, num movimento de questionamentos sobre as dinâmicas da vida em sociedade, das suas relações culturais, dos valores e das possibilidades de vida destinadas às classes trabalhadoras e pobres, principalmente quanto: ao lazer, à interação social e às expectativas em relação ao futuro.

Cabe frisar que quem vê o Santa Rita de Cassia como favela são os moradores de outros bairros e que a dimensão do preconceito está em muito atrelada ao processo de formação daquele lugar, uma vez que, conforme apontado anteriormente, parte da população da cidade propaga as denominações de: “Rincão das éguas”, “Rincão dos cavalos”, ou “Hípica”.

A partir dos sentimentos que afloravam ao sofrerem a discriminação de diversas ordens, alguns moradores foram refletindo e instaurando uma linguagem em que se identificar como morador do Conjunto Habitacional Santa Rita de Cássia está em consonância com a reivindicação de serem percebidos como parte da cidade e, portanto, como moradores de um bairro que tem um nome. Neste sentido, os moradores dialogam e problematizam as concepções externas, visto que são seres humanos que moram no bairro e não animais. Além disso, discordavam da visão que associa “pobreza” com bandidagem e violência, pois não se reconheciam dentro dos padrões que se construíam das pessoas residentes em favelas.<sup>7</sup>

Procurando exemplificar com mais detalhes as dinâmicas do processo de construção e análise das fontes orais, destacamos alguns aspectos das experiências vivenciadas por Valéria de Jesus Leite. Ela relata que encontrou com sua interlocutora de modo inesperado e, diante de um convite para gravar uma entrevista, Rosa<sup>8</sup> não mostrou interesse algum em partilhar suas experiências: “ah, não... Mexer com isso não” (Rosa, 2009). Em uma nova conversa, Rosa deixou claro que não tinha a intenção de expor a sua vida. A pesquisadora, então, argumentou que, embora sua história fosse contada, o seu nome não precisaria aparecer, poderia arranjar-lhe um codinome, o que evitaria qualquer constrangimento. Foi desse modo que acertaram para realizar a entrevista. Porém,

---

<sup>7</sup> Para compreender a complexidade das relações que se articulam em torno das visões disseminadas acerca das ocupações irregulares, por vezes, vistas como “favelas” e carregadas com uma conotação de estigma social, ver (Silva, 2011).

<sup>8</sup> Rosa nasceu em Claro dos Poções, município do Norte de Minas Gerais, em 1976. Chegou em Montes Claros (MG) no ano de 1995. Trabalhou na Coteminas (Companhia Tecidos Norte de Minas) de 1995 a 2008. Na ocasião da entrevista, ela tinha uma filha, residia no Conjunto Joaquim Felício, região do Grande Maracanã, e fazia costuras em sua própria casa.



no momento da gravação, Rosa surpreendeu, dizendo: “ah, não... vou mudar o nome não... não tenho vergonha de nada, vai ser até bom ver meu nome lá” (Rosa, 2009).

Ao dizer que não tinha vergonha de nada e que seria “até bom ver meu nome lá”, a entrevistada nos fornece indícios de como ela estava encarando a ocasião da entrevista e isso delinearía sua narrativa quanto à seleção e definição dos acontecimentos que falaria. Parece que essa trabalhadora se reconhecia como uma mulher que lutava pela vida, pelo trabalho e tinha uma história da qual não se envergonhava e que a fazia bem vê-la como parte da história local e regional. Esse sentimento deixa subentendido que pessoas como ela não eram lembradas em outras circunstâncias e nem valorizadas pelas memórias da história dominante, trata-se de um confronto entre a memória oficial e as memórias subterrâneas (Pollak, 1989).

As narrativas mudam com o tempo, assim como as categorias de análise utilizadas pelos historiadores adquirem sentidos e significados diferentes no tempo e no espaço. Narrativa e realidade vivida estão interligadas uma a outra. Conforme ressaltado por Portelli, realidade e imaginação estão interligadas. Analisando a narrativa de Filipponi,<sup>9</sup> o autor percebeu que esse entrevistado falava sobre o que podia ter acontecido, delimitando um campo de imaginação acerca do que não foi, mas que gostaria que tivesse sido. Contudo, sua narrativa não é reconhecida como uma verdade geral, mas como parte de uma verdade. (Portelli, 1993).

Ao narrar, as pessoas definem níveis e modos em torno dos quais organizam suas histórias. Cada pessoa organiza sua fala tendo como referencial uma trajetória específica para ser contada. Isso não depende somente da maneira como o pesquisador tenta conduzir a entrevista para refletir sobre as problemáticas levantadas anteriormente à realização das entrevistas, mas, depende também do que o sujeito deseja contar, argumentar e trazer de problemas. Muitas vezes, não estamos prevendo abordar e nos dedicar a análise de determinados problemas em nossas pesquisas, mas eles se tornam tão latentes nas entrevistas que precisamos reelaborar o que foi planejado inicialmente. Isto é, além de darmos vozes, precisamos dar ouvidos, reelaborando nossos problemas e analisando os novos que são apontados.

De acordo com Leite, durante uma hora e meia de conversa na casa de dona Rosa, a entrevistada se apresentou tranquila com a situação da entrevista, mostrando muita disposição, não só para responder aos questionamentos, mas

---

<sup>9</sup> Ele era da resistência comunista clandestina da Itália. Portelli delimitou o contexto de sua pesquisa “[...] a partir da segunda metade dos anos 70, quando a política do Partido Comunista se atrelava ao “compromisso histórico” e à “unidade nacional” [...]” (Portelli, 1993, p. 41-42).

também para ir além, revelando detalhes de sua vivência na fábrica, mesmo que em alguns momentos se mostrasse um pouco nervosa diante do gravador. Explorando a narrativa de Rosa, percebe-se que ela se concentrou em fornecer elementos sobre suas vivências no ambiente de trabalho, evitando falar de outros assuntos, como as relações familiares (Leite, 2010).

A fala de Rosa em alguns momentos soa como uma denúncia, um desabafo, um momento para expressar toda a sua frustração com o grupo de tecidos (Coteminas). Sua narrativa está toda voltada para os acontecimentos relacionados a este momento específico de sua vida. O seu espaço de referência está circunscrito ao ambiente de trabalho e às relações sociais experimentadas nele. Isso é muito significativo ao observarmos que ela acabava de ser demitida, pois tal acontecimento trouxe para a narrativa o histórico de exploração, de indignação e revolta. Suas respostas sempre foram além, descortinando relações tensas e conflituosas.<sup>10</sup> Ao perguntar sobre família, filhos e casamento, sua resposta foi rápida, se restringindo a dizer que tinha uma filha “mocinha” e que não era oficialmente casada.

Vale reiterar que o passado não está pronto e se alimenta também da imaginação histórica dos sujeitos que produzem a História, ou seja, as construções das narrativas apresentam diferentes formas de atribuir significados aos processos históricos. Por exemplo, Portelli ressaltou que Filippini e outros líderes ligados ao Partido Comunista da Itália ocuparam cargos de responsabilidade e prestígio no partido, nos sindicatos e administrações locais, sendo para o autor necessário reconhecer essa importância e particularidade para compreender que as histórias narradas por eles não se tratavam de “resmungos incompreensíveis de velhos isolados e desapontados, mas a racionalização do passado feita por indivíduos que foram a medula da classe e do movimento comunista na cidade, por três gerações” (Portelli, 1993, p. 51). Nesse momento, o autor fez uma avaliação geral da narrativa, apontando que a construção dos acontecimentos narrados reflete fatores particulares e coletivos, pois a memória busca elementos que fazem sentido no presente, mediados pelos interesses e reflexões pautadas a partir do lugar e do tempo de onde se fala.

Assim, os entrevistados selecionam os fatos reais e possíveis no campo do imaginário, da fantasia e da idealização. Nessa linha de raciocínio, e tendo em vista a pesquisa e o conhecimento que Portelli possuía acerca do contexto a que se referia a narrativa, foi possível a ele identificar as criações subjetivas, fantasias e

---

<sup>10</sup> Isso fica mais visível quando Rosa passa a narrar o acidente de trabalho ocorrido com um colega e a postura da empresa em relação ao ocorrido. A entrevistada conta que foi repreendida pelo encarregado por ter chamado o corpo de bombeiros para socorrer o colega.

dados imprecisos da fonte oral. Diante disso, se revelou de suma importância as informações sobre as condições de vida de Filipponi na ocasião da entrevista e sua relação com o objeto da pesquisa, uma vez que a idade avançada e a forma como foi afastado do partido exercia influência sobre suas interpretações (Portelli, 1993, p. 43).

Sobre isto, consideramos relevante trazer mais uma vez alguns excertos da fala de Rosa. Suas experiências de vida pessoal e de trabalho influenciaram na produção de uma visão de si mesma como alguém que não esperava que o direito lhe fosse concedido gratuitamente, pois, sabia da necessidade de ir à luta e encarar a realidade: “eu já fui à luta por causa dos outros... e não me arrependo. Eu arrependia assim se eu ficasse calada e deixasse o erro na minha frente sem eu bater com a língua [...]” (Rosa, 2009). O comportamento de Rosa era justificado pelo argumento de que via muitas irregularidades na empresa, de tal modo que as pessoas eram prejudicadas, mas não faziam nada: “eles via também mas não tinha coragem de se tocar e se reclamar, cê tá entendendo?”. Dessa ação, ela concluía enfatizando ter feito parte da organização de uma manifestação coletiva: “nós fizemos a manifestação no dia 30... acho que foi dia 30 de maio de 2008, entendeu? É... como é que fala? Reivindicando... reivindicando uma coisa que era nossa... não que eles dava pra nós, mas que nós lutava pra conseguir” (Rosa, 2009).

De um lado, isso pode ser visto como um ato de coragem, acentuando sua atuação na busca por melhoria individual e coletiva; do outro, a tornava alvo fácil de perseguição e demissão, conforme ocorreu. Rosa assumiu para si a conduta de sujeito ativo que pretendia lutar em prol de benefícios que abarcassem a coletividade da categoria, para tanto, utilizou de seu atributo humano que é a capacidade de falar: “bater com a língua”. Neste sentido, seus argumentos selecionam elementos sobre seus valores morais, pois, eles lhe causavam inquietação e a incitavam a uma ação que pudesse barrar os erros e as injustiças, por isso não se arrependia de suas ações: “arrependia assim, se eu ficasse calada e deixasse o erro na minha frente” (Rosa, 2009).

Essa trabalhadora elencou elementos com vistas a produzir uma imagem de sujeito que possui certa consciência de suas condições de vida e trabalho, reforçando a necessidade de afirmar o comportamento de uma mulher de atitude que sabia da sua importância e do papel que podia exercer sobre os outros trabalhadores, ao mesmo tempo em que implicitamente existisse um descontentamento em relação aos outros companheiros de trabalho, uma vez que, talvez em seu imaginário, se eles tivessem uma postura semelhante a dela, conseguiriam angariar mais força e todos poderiam se beneficiar, obtendo um resultado diferente.

Dos patrões ela esperava a perseguição e a demissão, mas dos trabalhadores, não. Por trás desse relato existe o sonho e a expectativa de um local de trabalho

onde fosse mais valorizada, tendo reconhecimento de seus esforços e qualidades, afinal, fez parte da organização de uma manifestação que atraiu um número relevante de trabalhadores: “E a gente fez uma reivindicação lá... reivindicação essa que foi muita gente pra rua” (Rosa, 2009).

A condição de desemprego trazia as lembranças do passado recente com uma dosagem de decepção, como se o seu esforço tivesse perdido o significado e no momento sentia-se como a criança que é arrancada do seio materno: “mesma coisa de cê tirar o peito da boca do menino... não vai mamar mais cê entendeu?” (Rosa, 2009). Afirmção esta que ainda carrega consigo parte de uma compreensão paternalista quanto a sua condição de empregada. Na ocasião da entrevista, acessar o campo dos seus sonhos e dos seus ideais como trabalhadora, revelava certo desconforto e desapontamento visto que afloravam seus anseios e frustrações de outrora e trazia à tona a esperança abalada do momento presente: “[...] o que simplesmente chega e fala de hoje em diante acabou...” (Rosa, 2009).

Colocar em evidências memórias frequentemente silenciadas, é pensar a articulação entre os diferentes aspectos e dimensões da vida em sociedade: trabalho, classe, dominação, exploração, educação, família, religião, poder, política, lazer, etc. Essas articulações nos possibilitam abranger o campo da luta de classes em suas múltiplas formas e instâncias, que vai desde a luta política organizada até as lutas específicas, que acontecem no cotidiano, em diversos setores e em momentos variados (Fenelon, 1984).

Argumentos como os de Margarida e Rosa nos colocam diante do cotidiano de sujeitos históricos, de suas avaliações, modos de perceber e lidar com as diferentes dimensões do viver em sociedade: das alegrias, dores, lutas, resistências, sociabilidades, etc. Cada qual à sua maneira está se constituindo e se formando como sujeitos historicamente conscientes. Suas narrativas remetem ao constante processo do fazer-se individual e coletivo, das disputas e dos conflitos, das mudanças e permanências históricas.

Quando nos aproximamos dos sujeitos e estes se disponibilizam a compartilhar conosco algumas de suas experiências, sentimentos e expectativas em relação à vida e aos temas que estamos pesquisando, também nos deparamos com aspectos éticos que envolvem a análise e divulgação desses estudos. A análise histórica das experiências pessoais a nós confiadas envolve zelo para não atribuímos juízo de valor, uma vez que poderia resultar em prejuízos para a análise histórica, pois deixaria de explorar a complexidade dos processos históricos e a amplitude dos conflitos e disputas que perpassam as relações sociais. Por exemplo, Cíntia Fiorotti (2015), em suas experiências de pesquisa, se viu diante de um terreno tenso e delicado, pois analisava as trajetórias e experiências de trabalhadores envolvidos em práticas consideradas ilegais por

parte do Estado.<sup>11</sup> De acordo com ela, muitas vezes, as atividades de trabalho desses sujeitos não eram “moralmente” aceitas por uma parcela significativa da população, devido à criminalização dessas práticas. Diante disso, houve a preocupação sobre o que revelar do conteúdo narrado pelos interlocutores, de modo que, em alguns momentos, optou-se por não revelar os nomes e os lugares de onde os sujeitos falavam.

Um de seus interlocutores enfatizou durante a entrevista sobre como lidava com os julgamentos socialmente construídos acerca do seu trabalho: “Quando eu estava lá com os meus amigos de serviço eu conversava. Lá era cigarro. Agora se eu fosse conversar com os amigos da minha mulher, eles nem imaginam que eu mexia com isso, as vezes sabiam que tinha oficina. [...]” (Zé Maria, 2015). Em meio à situações como esta, recorrer a pseudônimos e ocultar ou trocar informações que possam identificar as pessoas entrevistadas, apresenta-se como uma possibilidade para desenvolver a problematização e análise de determinadas fontes orais.

Da mesma forma, como nós pesquisadores e pesquisadoras criamos expectativas sobre como será o desenvolvimento do estudo e o processo de elaboração das fontes orais com os sujeitos a serem pesquisados, também lidamos com as expectativas que esses sujeitos criam sobre nós e o nosso trabalho. Se no momento de elaboração de uma fonte oral é importante estabelecer reciprocidade com o seu interlocutor, no momento de análise, esta reciprocidade e confiança também devem ser respeitadas. Neste caso mencionado pela pesquisadora, não se trata de utilizar a fonte oral para evidenciar como aquilo se enquadrava em algo considerado crime ou trazer todos os pormenores confiados ao longo da entrevista, mas de perceber como aquele sujeito entrevistado lidava e interpretava seu trabalho e a criminalização deste ao longo das mudanças vivenciadas dentro do tempo delimitado como recorte de estudo.

Diferentemente das experiências trazidas anteriormente por Leite e Silva, essa experiência de pesquisa compartilhada aqui por Fiorotti, envolveu a particularidade de que ela já conhecia o entrevistado muito antes de se interessar pelo tema da pesquisa. Situações como essa, fazem com que tenhamos certa cautela no processo de elaboração da entrevista, tendo por objetivo proporcionar condições para que o sujeito demonstre suas percepções sobre as experiências

---

<sup>11</sup> Zé Maria começou a trabalhar aos 10 anos de idade como auxiliar de mecânico em uma oficina de familiares, no Paraná. Entre várias tentativas de se estabelecer na vida, deixou o Paraná, mas voltou anos depois e abriu uma borracharia. Se envolveu com o transporte não regulamentado de mercadorias e pneus. Foi encontrado morto em uma plantação de soja, assassinado em janeiro de 2017, no estado em que residiu anteriormente. A entrevista com Zé Maria ocorreu quando realizava uma pesquisa de doutorado com o objetivo de estudar, a partir das experiências dos trabalhadores, as mudanças nos modos de viver e trabalhar na fronteira Brasil-Paraguai entre 1960 e 2015.

vividas, sem partir do pressuposto de que o interlocutor já as conheça. No entanto, a análise das fontes carece de cuidados para não serem comprometidas pelas relações pessoais existentes.

Apontamos algumas reflexões sobre o uso das fontes orais na pesquisa em História Social e compartilhamos parte do nosso aprendizado como pesquisadoras. Estas observações colocam em pauta a necessidade de reflexão e de avanços quanto ao uso e as possibilidades que as fontes orais combinadas à História Oral podem nos apresentar.

Vale lembrar que, conforme Portelli, a passagem das fontes orais à História Oral significa “[...] tratar estas fontes não como material complementar, auxiliar, em relação às outras fontes mais “canônicas”, mas traçar sobre a centralidade das fontes orais outro tipo de trabalho historiográfico” (Portelli, 2017, p. 182). Neste sentido, encarar as fontes orais como principal evidência dos processos históricos requer um olhar específico, atento às particularidades desses materiais e tendo a clareza de que a nossa produção historiográfica apresenta singularidades em relação aos trabalhos cuja centralidade são os registros escritos.

Tais especificidades se manifestam desde a elaboração até a interpretação das fontes orais, de modo que durante a entrevista, elas se expressam nos olhares, nos gestos, nos sentimentos, nas perguntas e respostas que são capazes de apontar novos caminhos de pesquisa. Configura-se, essencialmente, conforme já foi apontado anteriormente, como um diálogo que permite que a “historicidade da experiência pessoal” seja atrelada ao “impacto pessoal dos acontecimentos históricos” (Portelli, 2017, p. 186). O trabalho com as fontes orais requer uma análise capaz de perceber como os acontecimentos históricos interferem na vida das pessoas e de modo particular das pessoas comuns.

As experiências vivenciadas pelos sujeitos contribuem para pensarmos como as pessoas lidam com os acontecimentos e produzem suas respostas. Algumas vezes, ao tratar de situações compartilhadas coletivamente, os entrevistados produzem avaliações semelhantes e, outras vezes, são percepções completamente distintas. Esses são elementos de uma história viva que enriquece nossa compreensão sobre o constante movimento de constituição dos homens e da História, uma vez que, por mais que os sujeitos compartilhem experiências comuns, a forma de lidar, interpretar e estabelecer expectativas relaciona-se com as trajetórias de vida, do lugar e do tempo de onde se fala.

## Referências

FENELON Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 73-90, jul./dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Trabalho, cultura e História Social: perspectivas de investigação. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 4, p. 21-36, 1985.

\_\_\_\_\_; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2005. p. 5-13.

FIOROTTI, Cíntia. O viver e o sobreviver da fronteira Paraguai-Brasil: mercado, nacionalidade e trabalhadores. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 63-92, 2018.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na História. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2005.

LEITE, Valéria de Jesus. *Os fios da vida: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFU, Uberlândia, MG, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 41-58, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. Tradução Lila Cristina Xavier Luz. *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 7, n. 13, jul./dez. 2017.

SILVA, Rosane Marçal da. *Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena - PR (décadas de 1990 e 2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste, Marechal Cândido Rondon, PR, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. Tradução Andréa Zhouri; Lígia Maria Leite Pereira. *Revista História Oral*, v. 5, p. 9-28, 2002.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro. Zahar, 1979. p. 17-26.

## Fontes orais

MARGARIDA [22 anos]. [set. 2009]. Rosane Marçal da Silva. Santa Helena, PR, 19 set. 2009.

ROSA [33 anos]. [abr. 2009]. Valéria de Jesus Leite. Montes Claros, MG, 27 abr. 2009.

ZÉ MARIA [35 anos]. [maio. 2015]. Cíntia Fiorotti Lima. Umuarama, PR, 6 mai. 2015.

**Resumo:** Neste artigo, buscamos apresentar nossas experiências e desafios no trabalho metodológico com as fontes orais. Objetivamos estabelecer uma leitura dos sujeitos entrevistados acerca de suas relações sociais, extrapolando os limites concernentes às relações de trabalho e levando em consideração diversas dimensões e dinâmicas da vida em sociedade. Nossas pesquisas lidam com sujeitos que ocupam lugares diferentes, mas possuem a História Oral como metodologia comum. Nossas reflexões buscam contribuir com o debate acerca da pesquisa e escrita com fontes orais, sobretudo quando se trata do diálogo entre teoria e prática, bem como as possibilidades que elas oferecem ao professor-historiador. É nesse sentido que a História Oral foi de fundamental importância, à medida que possibilitou ouvir e adentrar o cotidiano dos trabalhadores, verificando os enfrentamentos engendrados em suas relações.

**Palavras-chave:** Fontes orais. História Social. Trabalhadores.

**Research experiences with male and female workers through oral sources in Social History: paths and possibilities**

**Abstract:** In this article, we will present our experiences and challenges within the methodological work with oral sources. We aim to establish a reading of the people interviewed about their social relations, extrapolating the limits related to labor relations and taking into accounts of several dimensions and dynamics of life in society. Our research deals with subjects who occupy different places, but they have Oral History as a common methodology. Our reflections seek to contribute to this debate about research and writing with oral sources, especially when it comes to the dialogue between theory and practice, as well as the possibilities they offer to the teacher-historian. It is in this sense that Oral History was fundamentally important, as it made it possible to hear and enter the daily lives of workers, verifying the confrontations engendered in their relationships.

**Keyword:** Oral sources. Social History. Workers.

Recebido em 23/08/20

Aprovado em 09/11/20